



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU N° 916/2013-01/2018

50603.001452/2013-11

1º TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO AO
CPEU N° 916/2013-01/2018, DE PERMISSÃO
ESPECIAL DE USO PARA UTILIZAÇÃO DA FAIXA
DE DOMÍNIO DA RODOVIA FEDERAL BR-116/CE,
COM OCUPAÇÃO LONGITUDINAL, PARA
OPERAÇÃO DE RAMAL DE GÁS NATURAL, TENDO
COMO PERMISSIONÁRIA A COMPANHIA DE GÁS
DO CEARÁ – CEGÁS NA FORMA ABAIXO:

PREÂMBULO

1) DAS PARTES E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1) PERMISSOR – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, criado pela Lei nº. 10.233, de 5 de junho de 2001, e Decreto nº. 8.498, de 10 de julho de 2015, modificado pelo Decreto nº 8.990, de 15 de fevereiro de 2017, com sede em Brasília/DF – Setor de Autarquias Norte, Edifício Núcleo dos Transportes, Quadra 3, lote A, CEP 70.040-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominado DNIT ou PERMISSOR, neste ato representado pelo Superintendente Regional no Estado do Ceará, a Sra. **LÍRIS SILVEIRA CAMPELO CARNEIRO**, brasileira, casada, engenheira, portadora de registro nº. 14504 – CREA/CE, CPF nº. 525.375.793-72, conforme inciso II do art. 6º da Portaria nº 236, de 08/02/2017, publicada no DOU de 09/02/2017, com retificação publicada no DOU de 10/02/2017.

1.2) PERMISSIONÁRIA – COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP 60.830-005, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 73.759.185/0001-96, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. **HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/CF sob o nº 074.179.208-70, com poderes bastantes, conforme documentos constantes do processo administrativo nº 50603.001452/2013-11.

2) DO FUNDAMENTO LEGAL – O presente termo tem fundamento legal a alínea “d”, artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; artigo 103 do Código Civil Brasileiro, artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e inciso IV do artigo 89 da Lei nº. 10.233, de 05/05/2001, Decreto nº. 8.498, de 10 de julho de 2015, modificado pelo Decreto nº 8.990, de 15 de fevereiro de 2017, Resolução nº 11, de 27/03/2008, publicada no DOU de 11/04/2008; Portaria/DG nº 524, de 19/05/2008, publicada no DOU de 20/05/2008; Portaria/DG nº 529, de 21/05/2008, publicada no DOU de 23/05/2008; inciso II do art. 6º da Portaria nº 236, de 08/02/2017, publicada no DOU de 09/02/2017, com retificação publicada no DOU de 10/02/2017, e lavratura devidamente autorizada pelo Superintendente Regional no Estado do Ceará, conforme consta do Processo Administrativo nº 50603.001452/2013-11.

M:\Engenharia-Operacoes\# CPEUS\# CPEUS MINUTAS DE ADITIVOS\MINUTA 1º TA prorrogação de prazo ao CPEU 916-2013 - CEGÁS - 50603.001452-2013-11.doc

MT - DNIT/SR/CE
PROTOCOLO DE
ENTRADA
EM 31/10/2017
Bertuf





MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU Nº 916/2013-01/2018

3) **DO OBJETO:** Constitui objeto do presente termo aditivo: 1) A modificação do ajuste para adequação às orientações constantes do Memorando-circular nº 013/2015/CGPERT/DIR, ou seja, complementar o fundamento legal do CPEU e consignar novo prazo para pagamento da remuneração pelo uso da faixa de domínio; 2) A retificação da cláusula primeira, após constatação de equívoco no cálculo da extensão realmente ocupada pela Permissionária; e 3) a prorrogação do prazo de vigência do CPEU nº 916/2013, por mais 5 anos consecutivos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITAMENTOS/MODIFICAÇÕES: por força deste 1º Termo Aditivo ao CPEU nº 916/2013, o fundamento legal do ajuste, bem como as cláusulas primeira, nona e décima quinta passam a figurar com novas redações, quais sejam:

2) **DO FUNDAMENTO LEGAL** – Alínea “d”, artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; artigo 103 do Código Civil Brasileiro, artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e parágrafo 1º e inciso IV do artigo 89 da Lei nº. 10.233, de 05/05/2001, artigo 12 da lei nº 9.784, de 29/01/1999, Decreto nº. 8.498, de 10 de julho de 2015, modificado pelo Decreto nº 8.990, de 15 de fevereiro de 2017, Resolução nº 11, de 27/03/2008, publicada no DOU de 11/04/2008; Portaria/DG nº 524, de 19/05/2008, publicada no DOU de 20/05/2008; Portaria/DG nº 529, de 21/05/2008, publicada no DOU de 23/05/2008, e inciso II do art. 6º da Portaria nº 236, de 08/02/2017, publicada no DOU de 09/02/2017, com retificação publicada no DOU de 10/02/2017, e lavratura devidamente autorizada no despacho do Sr. Superintendente Regional no Estado do Ceará, conforme consta do processo administrativo nº 50603.001452/2013-11.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Permissão Especial de Uso da Faixa de Domínio da Rodovia Federal BR-116/CE, Trecho: FORTALEZA (AVENIDA 13 DE MAIO) ao Div. CE/PE; Subtrecho: SNV 116BCE0030, Entr. BR-020 (ANEL VIÁRIO DE FORTALEZA) ao Entr. CE-350(A) (ITAITINGA), com ocupação longitudinal no segmento do km 14 ao km 23,1, numa extensão corrigida de 9.312,17 metros por 0,60 metro de largura, perfazendo uma área total de 5.587,3 m², com a exclusiva finalidade da sua utilização, pela PERMISSONÁRIA, para operação de ramal de gás natural (gasoduto), de acordo com o projeto específico previsto na CLÁUSULA SEXTA.

CLÁUSULA NONA- DA REMUNERAÇÃO: A PERMISSONÁRIA pagará ao PERMISSOR, pela ocupação a que se refere a CLÁUSULA PRIMEIRA, a importância anual de R\$ 23.228,64 (vinte e três mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos), correspondente ao preço público de outubro/2018 para ocupação das faixas de domínio de rodovias federais – R\$ 4,15740, multiplicado pela área ocupada – 5.587,3 m², em parcela única anual até 20 (vinte) dias úteis após a publicação do extrato deste instrumento no DOU e as demais, a cada 12 meses contados da publicação do Contrato, que serão recolhidas aos cofres do PERMISSOR, em conta específica, previamente informada.





MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

CPEU Nº 916/2013-01/2018

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

- 1) DO PRAZO - O presente contrato teve duração de 5 (cinco) anos consecutivos, e por este fica prorrogado por mais 5 anos consecutivos, passando seu término para o dia 30/10/2023.
- 2) DA VIGÊNCIA - Será considerada como data inicial para vigência do presente Contrato a data de sua publicação em extrato no D.O.U.
- 3) DA EFICÁCIA - O presente contrato terá eficácia a partir da data de sua publicação. Em extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CRÉDITO: Em razão do equívoco no cálculo inicial da extensão da ocupação longitudinal, foi gerado um crédito em favor da Permissionária, acumulado ao longo da vigência do CPEU nº 916/2013, totalizando o valor de R\$ 5.824,96 (cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos), a ser descontado no valor da 1ª parcela anual (2018-2019), conforme cálculo realizado pela COPERT e constante dos autos do processo nº 50603.001452/2013-11.

CLÁUSULA TERCEIRA - RATIFICAÇÃO: Ficam inteiramente ratificadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais no que não tiverem sido retificadas, ou alteradas ou modificadas pelo presente Termo, que fica fazendo parte integrante e inseparável do CPEU nº 130/2013.

CLÁUSULA QUARTA - EFICÁCIA: O presente Termo terá eficácia a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União.


E, por assim estarem acordes, as partes firmam o presente Termo em três vias de igual teor, por seus representantes legais, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Fortaleza/CE, 31 de OUTUBRO de 2018.

PERMISSOR

LÍRIS SILVEIRA CAMPELO CARNEIRO
Superintendente Regional do DNIT no Estado do Ceará

PERMISSIONÁRIA


HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Companhia de Gás do Ceará- CEGÁS

TESTEMUNHAS

CPF: 054492503-00

M:\Engenharia-Operacoes\# CPEUS\# CPEUS MINUTAS DE ADITIVOS\MINUTA 1ª TA prorrogação de prazo ao CPEU 916-2013 - CEGÁS - 50603.001452-2013-11.doc

CPF:

